



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI**  
**7ª Superintendência Regional**  
Rua Taumaturgo de Azevedo, n.º 2315, Centro – Teresina/PI – CEP 64001-340  
TEL: (86) 3215-0147 - FAX: (86) 3215-0147 - e-mail: [7sr.licitacao@codevasf.gov.br](mailto:7sr.licitacao@codevasf.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**EDITAL N.º 02/2015**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA,  
MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO  
ELEVADOR DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA CODEVASF EM TERESINA, PIAUÍ, INCLUINDO  
REPOSIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS.**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**PROCESSO Nº 59570.000177/2015-89**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL N.º 02/2015-7ªSR**

**A V I S O**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de Pregoeiro devidamente designado, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva no elevador da 7ª Superintendência Regional da Codevasf em Teresina, Piauí, incluindo reposição de peças e insumos.

**DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** Edital e seus Anexos estará disponível para consulta e retirada de cópia nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br). Caso a licitante não consiga baixar os arquivos dos referidos sítios, o Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, mediante apresentação de CD-ROM, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, fone/fax (86) 3215-0147, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta feira, a partir do **dia 31/03/2015**.

As empresas que retirarem o Edital através da Internet deverão preencher a GUIA DE RETIRADA DE EDITAL (ANEXO III), que se encontra na última página deste documento, e remetê-la pelo Fax (86) 3215-0147 ou email: [7a.sl@codevasf.gov.br](mailto:7a.sl@codevasf.gov.br).

**INCLUSÃO DAS PROPOSTAS:** A partir da disponibilização do Edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) até a abertura da sessão.

**DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA):** Às 09h (nove horas) do dia 15 (quinze) de abril de 2015 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

**LOCAL DA SESSÃO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**OBSERVAÇÃO:** O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto n.º 5.450/2005, de 31/05/2005, Instrução Normativa n.º 02/2008, e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Teresina (PI), 30 de março de 2015.

**INALDO PEREIRA GUERRA NETO**  
Superintendente Regional – 7ª SR  
CODEVASF – 7ª/SR

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ÍNDICE**

1. OBJETO
2. DESCRIÇÃO GERAL
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
7. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
9. FORMULAÇÃO DOS LANCES
10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
11. HABILITAÇÃO
12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
16. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
17. OBRIGAÇÕES GERAIS
18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
19. GARANTIA DE EXECUÇÃO
20. REAJUSTAMENTO
21. FISCALIZAÇÃO
22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO
23. DISPOSIÇÕES GERAIS

**ANEXOS**

ANEXO I	TERMOS DE REFERÊNCIA
ANEXO II	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO III	MODELOS DE DECLARAÇÕES
ANEXO IV	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO V	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**PROCESSO Nº 59570.000177/2015-89**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL N.º 02/2015 -7ªSR**

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, nas datas, horários e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto n.º 5.450 de 31/05/2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, Instrução Normativa n.º 02/2008, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**DATA E HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS:** A partir da disponibilização do Edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) até a abertura da sessão.

**DATA E HORA PARA ABERTURA DA SESSÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/04/2015, às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

**LOCAL DA SESSÃO:** HYPERLINK “[http:// www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)”

São ANEXOS deste Edital, fazendo parte integrante do mesmo os seguintes documentos:

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA
<b>ANEXO II</b>	TERMO DA PROPOSTA
<b>ANEXO III</b>	MODELOS DE DECLARAÇÕES
<b>ANEXO IV</b>	MINUTA DO CONTRATO
<b>ANEXO V</b>	GUIA DE RETIRADA DO EDITAL

**1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva no elevador da 7ª Superintendência Regional da Codevasf em Teresina, Piauí, incluindo reposição de peças e insumos.

**2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**

- 2.1. Contratação de pessoa jurídica visando à prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, do elevador de marca OTIS, conforme quadro abaixo, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf/ 7ª Superintendência, instalado no prédio da sede da 7ªSR, localizada na rua Taumaturgo de Azevedo nº 2315, Teresina – PI.

<b>MODELO</b>	A-GNC-0810-8A-ED (Elevador sem casa de máquinas)
<b>PASSAGEIROS</b>	08 (630 kg)
<b>VELOCIDADE NOMINAL</b>	1,00 m/s

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

<b>TIPO DE ABERTURA DA PORTA</b>	8 (Abertura lateral – 2 painéis)
<b>APLICAÇÃO</b>	A (Tráfego leve/médio)
<b>NÚMERO DE PARADAS</b>	3 (0,1,2)

- 2.1.1. Manutenção preventiva: aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e
- 2.1.2. Manutenção corretiva: aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento.
- 2.2. Prestar os serviços de Assistência Técnica, no elevador, garantindo que o mesmo se mantenha em perfeito estado de funcionamento e conservação para perfeita e correta utilização de todos os recursos existentes.
- 2.3. A manutenção corretiva incluirá, sem ônus para a contratante, toda mão-de-obra, substituir as peças do equipamento objeto da presente contratação, e deverá incluir o fornecimento de peças de reposição originais, e deverá ser prestada pela contratada, mediante abertura de Ordem de Serviço, dentro dos seguintes limites:
- 2.3.1. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente da CODEVASF/7ªSuperintendência (das 8 horas às 17:30 horas), o prazo máximo de atendimento, após o encaminhamento da Ordem de Serviço, deverá ser de 30 (trinta) minutos;
- 2.3.2. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 2 (duas) horas, contadas a partir do encaminhamento da Ordem de Serviço;
- 2.3.2.1. O prazo de 2 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal da CODEVASF/7ªSuperintendência, ou seja, em dias úteis entre 8:00h e 17:30h, interrompendo-se a contagem às 20:00h de um dia e reiniciando-se às 8:00h do dia útil seguinte;
- 2.3.2.2. A contratada fica obrigada a colocar o elevador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da comunicação à contratada.
- 2.3.2.3. Os prazos descritos anteriormente só poderão ser extrapolados em casos excepcionais de avaria de peça de difícil substituição ou aquisição, mediante relatório justificado assinado pelo engenheiro supervisor da contratada e aceito pelo fiscal do contrato. Neste caso, o prazo não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis.
- 2.3.2.4. Decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CODEVASF/7ªSuperintendência autorizado a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.
- 2.4. Prestar os serviços de manutenção preventiva, no mínimo uma vez por mês, dentro do horário de funcionamento normal da Codevasf/ 7ªSuperintendência, de 8hs às 17:30 hs, que consistirá na verificação periódica das condições de funcionamento, limpeza, ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário. A Manutenção

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a fiscalização, no horário de expediente da Codevasf/ 7ª Superintendência. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal da Superintendência, desde que a fiscalização solicite previamente ou a contratada firme acordo com a fiscalização através de notificação oficial.
- 2.5. A contratada deve apresentar à fiscalização as rotinas que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela fiscalização.
- 2.6. Prestar a manutenção corretiva sempre que ocorrer defeitos ou falhas no equipamento, incluindo serviço de reparo nas peças, componentes e acessórios.
- 2.7. Os serviços serão prestados, preferencialmente, entre 8hs e 17:30 hs, nos dias úteis de segunda a sexta-feira, nas dependências da contratante, ou excepcionalmente aos sábados, domingos, feriados e horários diversos, mediante solicitação por escrito, ressalvados casos de extrema urgência e devidamente justificados.
- 2.8. Caso se constate na manutenção a necessidade de se retirar quaisquer peças para conserto, estas deverão ser imediata e provisoriamente substituídas pela contratada até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva, se for constatada que a peça foi irremediavelmente danificada, a contratada deverá substituí-la com a prévia anuência da contratante.
- 2.9. A contratada somente efetuará a retirada de quaisquer componentes ou peças do elevador para manutenção fora das dependências da Codevasf/7ª Superintendência, após a autorização formal (por escrito) da contratante, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento ao local a que deverá ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes.
- 2.10. A substituição de peças gastas cujo desgaste tenha sido provocado pelo uso normal do equipamento correrão por conta da contratada.
- 2.11. A substituição de peças devido a outros fatores, tais como: anormalidade climática, descargas elétricas, roubos, incêndios, inundações, sabotagem e outros casos fortuitos e/ou de força maior, bem como decorrentes do manejo inadequado do equipamento de interferência por parte de terceiros estranhos à contratada será cobrada adicional e separadamente, devendo a contratada apresentar proposta, com relatório circunstanciado, sendo facultado a Codevasf/7ª Superintendência a aquisição diretamente da contratada ou de outros fornecedores, após pesquisa de mercado.
- 2.12. A critério da fiscalização, a contratada deverá apresentar os materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia, para que seja verificada a necessidade real da substituição ou reparo do material ou equipamento.
- 2.13. Todos os atendimentos locais, inclusive os de manutenção preventiva, serão registrados em relatório próprio da contratada, rubricado pelo técnico responsável e por servidor da Codevasf/ 7ª Superintendência, no qual constarão as ocorrências verificadas, as indicações dos equipamentos e/ou instalações afetados, a causa dos defeitos, a especificação das peças e materiais substituídos, as providências adotadas, as medições realizadas e a data do atendimento, devendo ficar uma cópia com o fiscal do contrato.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 2.14. Toda irregularidade encontrada será comunicada ao preposto da Codevasf/7ª Superintendência (fiscal do contrato).

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão, **exclusivamente**, as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estejam **obrigatoriamente** cadastrados no SICAF e devidamente credenciados no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico, na forma prescrita no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014.
- 3.1.1. Em relação à sociedades cooperativas, só poderão participar aquelas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.
- 3.2. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 3.3. As licitantes deverão efetuar, em campo próprio do sistema eletrônico, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, da SLTI/MPOG.
- 3.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.5. O atestado de visita não é exigido, porém, a licitante é a inteira responsável pela verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta. A licitante interessada poderá vistoriar, por intermédio de seu representante legal, devidamente qualificado para esse fim, as dependências físicas a que se refere o objeto deste Edital, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à 7ª/GRA/USA, pelos telefones (86) 3215-0120 ou 3215-0123.
- 3.5.1. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 3.5.2. Os custos decorrentes da visita aos locais onde serão executados os serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 3.5.3. O licitante, independente de visita ao local de execução do objeto deverá apresentar a declaração exigida no subitem 11.1.2.4, "a" deste Edital.
- 3.6. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
- a) credenciar-se no SICAF;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- b) remeter, no prazo estabelecido neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
- c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.7. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG ou que por estes tenham sido declaradas inidôneas;
- c) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF, bem como cujos empregados, responsáveis técnicos ou sócios tenham relação de parentesco com qualquer empregado, efetivo ou em comissão, da CODEVASF, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.
- d) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

#### **4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet através do e-mail 7a.sl@codevasf.gov.br, ou ainda pelo fax (86) 3215-0147. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.
- 4.3. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar o fornecimento das peças/acessórios e a execução dos serviços, seus custos e prazos.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

4.4. Analisando as consultas, a CODEVASF irá esclarecê-las, divulgando os esclarecimentos nos sites da CODEVASF e do COMPRASNET: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via e-mail e nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br), divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

**5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

5.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.

5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência e do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

6.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).

6.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

**7. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 7.1. Após a divulgação do Edital no sitio do COMPRASNET: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**, a sua Proposta de Preços, contendo obrigatoriamente as características dos serviços a serem ofertados, detalhadamente, em língua portuguesa, atentando-se para as especificações dispostas nos Termos de Referências e neste Edital, contemplando **os preços unitário e total**, estando incluídos todos os impostos, taxas, despesas e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).
- 7.1.1. As propostas serão aceitas somente para todos os itens, conforme este Edital. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.
- 7.1.2. Não serão considerados propostas ou lances para quantidade inferior à estimada para cada item, observando a condição disposta no Edital.
- 7.1.3. Apresentada a proposta, ainda que omissa em sua descrição, a licitante compromete-se a executar os serviços, objeto deste Edital, sem preterição do que consta neste Edital e seus Anexos.
- 7.2. **As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedade cooperativa deverão declarar no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**
- 7.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do presente Edital e seus Anexos, e que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.
- 8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 8.1. No horário e data estabelecidos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 02/2015-7ªSR** com a divulgação das Propostas de Preços aceitas pelo sistema.
- 8.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005).
- 8.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 9. FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 9.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento do valor consignado no registro.
- 9.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 9.3. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.6.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.7.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 9.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
- 9.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 10.1 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.2 O Pregoeiro poderá anunciar a(s) licitante(s) vencedora(s) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.
- 10.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente,

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.3.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.4 A Proposta de Preços, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 7.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto ofertado e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante vencedora, em forma de planilha e texto, devidamente preenchida, após a fase de lances, com a composição dos itens, com os valores unitário e total, devidamente atualizados, que poderá ser **enviada pelo sistema eletrônico do SIASG (OPÇÃO PLANILHA ATUALIZADA) ou via fax para o n.º (86) 3215-0147, no prazo de até 02 (duas) horas**, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, acompanhada dos seguintes documentos:

a) TERMO DE PROPOSTA, constante do ANEXO II, que é parte integrante deste Edital, devidamente preenchido.

10.5 A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 9.4 acima, deverá ser encaminhada em original no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para a sede da 7ª/SR, contado da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

10.6 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.

10.7 Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.

## **11. HABILITAÇÃO**

11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

11.1.1. **Verificação, "on line", junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN n.º 02/2010 - SLTI/MPOG, da Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal:**

a) Habilitação jurídica, conforme art. 28 da lei 8.666/93;

b) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e da regularidade fiscal perante as FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS e o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO-FGTS.

c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. **Documentação complementar para habilitação não contemplada pelo SICAF:**

11.1.2.1. **Habilitação econômico-financeira:**

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um);
- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III-C, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”, observados os seguintes requisitos:
  - I. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e
  - II. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar por escrito as justificativas; e
- e) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.

**11.1.2.2. Habilitação técnica:**

- a) Os atestados ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, pelo período não inferior a 3 (três) anos.
  - i. Será aceito o somatório de atestados.
  - ii. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
  - iii. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- iv. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**11.1.2.3. Regularidade Trabalhista:**

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.

**11.1.2.4. Declaração:**

- a) Declarará, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF, conforme Anexo III-A.
- b) Declaração de que, quando da assinatura do contrato, terá estrutura administrativa e técnica adequadas (essa última, própria ou terceirizada para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva), localizada na região da cidade de Teresina-PI, conforme Anexo III-B.

**11.1.3. Declarações a serem enviadas através do sistema do Comprasnet:**

- a) Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação na presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

**11.1.4. Documentação complementar para habilitação de Cooperativas:**

- a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
  - c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - d) Registro previsto na Lei 5.764/71, art. 107;
  - e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
  - f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
    - I. Ata de fundação;
    - II. Estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
    - III. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;
    - IV. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
    - V. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
    - VI. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
    - VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 11.1.4.1. A validade das certidões referidas nos subitens acima corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.1.4.2. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de recebimento das propostas.
- 11.1.4.3. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 11.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 11.1.1 deste Edital, no que couber.
- 11.3. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou que estejam com validade vencida no SICAF deverão ser apresentados via fax, número nº (86) 3215.0147, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**
- 11.3.1. **Os documentos enviados via fax, quando não for possível ao pregoeiro autenticá-los na página do órgão ou entidade que os emitiu, deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, pelo pregoeiro oficial ou membro da equipe de apoio, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da apresentação via fax ou email, sob pena de inabilitação.**
- 11.4. A não comprovação de regularidade de quaisquer dos documentos indicados nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 acima implicará na inabilitação da licitante, com a conseqüente desclassificação da proposta e aplicação das penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005
- 11.5. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida quando da assinatura do contrato com a CODEVASF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 11.5.1. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 11.5 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação. (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 11.6. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 11.7. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 11.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s).

**12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).

- 12.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada classificada em primeiro lugar.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 7ª SL, na rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Centro, Teresina-PI, nos dias úteis no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30 horas, de segunda a sexta-feira.
- 12.5. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente, que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 12.5.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 12.1.

**13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. A adjudicação do item do presente Edital será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do item ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 13.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 13.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

**14. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

- 13.1. A licitante vencedora será convocada por escrito para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina-PI, devendo comparecer no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.
- 13.1.1. Na impossibilidade do comparecimento na cidade de Teresina (PI), a empresa contratada deverá entrar em contato com a Assessoria Jurídica (7ª/AJ), a fim de que se verifique a possibilidade de assinatura nas demais unidades desta empresa pública federal, localizadas em Brasília (DF), Montes Claros (MG), Bom Jesus da Lapa (BA), Petrolina (PE), Aracaju (SE), Penedo (AL), Juazeiro (BA), São Luis (MA), Recife (PE) ou Salvador (BA)

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 13.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 13.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CODEVASF.
- 13.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 13.5. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à CODEVASF, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 21.1 deste Edital.
- 13.6. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.7. O Contrato a ser assinado com a licitante vencedora só terá eficácia após a publicação do respectivo extrato, do Diário Oficial da União.
- 15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 15.1. Os recursos orçamentários para contratação dos serviços correrão a conta do Programa de Trabalho nº 04.122.2111.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional (PTRES 089684).
- 15.2. O valor máximo estimado de contratação para o referido serviço é de R\$ 913,22 (novecentos e treze reais e vinte e dois centavos). Sendo assim, estimamos para 12 (doze) meses, o valor de R\$ 10.958,66 (dez mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos e quinze reais e sessenta e oito centavos).
- 15.2.1. O preço de referência foi calculado com base em pesquisa de preços praticados no mercado, conforme orçamentos em anexo ao processo.
- 16. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 16.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da 7ª Superintendência da Codevasf, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 16.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 16.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

**17. OBRIGAÇÕES GERAIS**

**17.1. DA CONTRATANTE**

- 17.1.1. A CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, e ainda:
- 17.1.1.1. proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- 17.1.1.2. promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;
- 17.1.1.3. prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratado;
- 17.1.1.4. proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias para o bom andamento dos serviços contratados, dentro das normas estabelecidas;
- 17.1.1.5. manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e revisões;
- 17.1.1.6. comunicar formalmente à CONTRATADA, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar obrigações do contrato originalmente avençadas;
- 17.1.1.7. comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- 17.1.1.8. analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, referente ao serviço efetivamente prestado;
- 17.1.1.9. efetuar o pagamento à contratada, nas condições do instrumento contratual, nos preços dos serviços contratados;
- 17.1.1.10. aplicar à Contratada as sanções administrativas por descumprimento de cláusulas contratuais;
- 17.1.1.11. autorizar a devolução da garantia à Contratada, após o encerramento do Contrato.

**17.2. DA CONTRATADA**

- 17.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, da IN MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008 e alterações, a CONTRATADA deverá assumir todas as obrigações explicitamente relacionadas neste Termo de Referência, bem como aquelas geradas pelas demais cláusulas do Contrato explicita ou implicitamente.
- 17.2.2. Caberá à CONTRATADA:
- 17.2.2.1. cumprir fiel e integralmente o "Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre as partes;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 17.2.2.2. adotar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, as medidas requeridas para a prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevador, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o estabelecido;
- 17.2.2.3. apresentar, no início da prestação dos serviços objeto deste contrato, comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do respectivo serviço, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA-PI;
- 17.2.2.4. prestar os serviços objeto da licitação dentro de elevados padrões de qualidade, de acordo com as especificações do fabricante, normas técnicas e legislação vigente sobre segurança do trabalho e as boas práticas de engenharia;
- 17.2.2.5. cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- 17.2.2.6. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- 17.2.2.7. empregar mão de obra e pessoal habilitados e treinados, disponibilizando-os em suas oficinas técnicas ou centros de atendimento, bem como para deslocamentos rotineiros e emergenciais, e mobilizando-os em número suficiente, a fim de proporcionar a execução dos trabalhos nas periodicidades e nível de qualidade adequados, fornecendo e utilizando corretamente ferramentas e instrumentos de trabalho próprios e de boa qualidade e na quantidade compatível com o volume de serviços a serem executados;
- 17.2.2.8. nomear empregado (Preposto) para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a Fiscalização do Contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- 17.2.2.9. responsabilizar-se por seus empregados na prestação dos serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;
- 17.2.2.10. repor, no prazo máximo de 3 (três) dias, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 17.2.2.11. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da prestação dos serviços;
- 17.2.2.12. instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas e de segurança e medicina do trabalho;
- 17.2.2.13. manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachás;
- 17.2.2.14. fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados, ferramentas, uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida na prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevador, sem repassar os custos de qualquer um desses itens a seus empregados, bem como à Contratante;

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 17.2.2.15. instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios;
- 17.2.2.16. efetuar, mensalmente, os serviços de manutenção preventiva no equipamento ou sistema mantido e suas instalações, doravante denominado simplesmente equipamento, procedendo-se às inspeções, testes, exames, ajustes, regulagens, lubrificações, limpeza, reparos, consertos, etc, e tantas vezes quantas forem necessárias para os reparos, consertos e intervenções; demandadas pela Contratante, utilizando pessoal treinado e habilitado, a fim de manter o equipamento adequadamente ajustado, proporcionando funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- 17.2.2.17. atender, com rapidez e prontidão, aos chamados da Contratante para regularizar anormalidades de funcionamento, mantendo-se, para isso e-mail atualizado para contato da CODEVASF, procedendo-se às manutenções corretivas, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, eficiência e segurança;
- 17.2.2.18. utilizar peças genuínas do fabricante do equipamento mantido, mantendo-se estoque regular de peças de uso mais frequentes para reposição e providenciando, nos demais casos e na brevidade requerida, as necessárias encomendas;
- 17.2.2.19. executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, sempre que possível e mediante acordo com a Contratante, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;
- 17.2.2.20. atender imediatamente os chamados de emergência para os casos de passageiros presos nas cabinas ou acidente, independente de horário ou dia do ocorrido, além de disponibilizar um contato telefônico disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, para emergências ;
- 17.2.2.21. executar os serviços previstos e os deles decorrentes, com o fornecimento de peças, componentes e acessórios, com ônus da Contratada, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de peças e componentes originais, tais como, conforme o equipamento mantido;
- 17.2.2.22. arcar com o ônus do fornecimento e substituições de peças, componentes, consertos e reparos, exceto para os casos decorrentes de negligência, maus tratos, uso indevido ou abusivo, vandalismo, agentes externos (tais como umidade, poeira, gases, salinidade), ferrugem, variação de tensão elétrica, manuseio indevido por terceiros e outros atos ou omissões da Contratante, praticados por seus agentes ou autoridades públicas;
- 17.2.2.23. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecer e substituir peças, componentes, materiais e demais acessórios necessários à manutenção preventiva e corretiva rotineira, além dos equipamentos e ferramentais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas para a prestação dos serviços contínuos, observando se as recomendações da boa técnica, as exigências do fabricante do equipamento mantido e às normas e legislação aplicáveis, assumindo inteira responsabilidade pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador;
- 17.2.2.24. executar, também, todos os serviços de verificação, inspeção, alinhamento, equalização, aferição, desmontagem, nivelamento, balanceamento, montagem, substituição de peças, fixação, reaperto, lubrificação, retífica, usinagem, enrolamento de motor, pintura,

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

limpeza e testes necessários à manutenção preventiva e corretiva, inclusive do motor de corrente alternada, do gerador de corrente contínua, do excitador de corrente contínua, do regulador de corrente contínua, da máquina de tração e das demais partes, peças e componentes do equipamento ou sistema mantido;

- 17.2.2.25. efetuar testes de segurança anuais ou na periodicidade mínima recomendada, conforme legislação vigente, posturas municipais aplicáveis e normas do fabricante do equipamento;
- 17.2.2.26. comunicar e relatar, por escrito, à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nas instalações objeto da prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevador, ou qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar esclarecimentos que julgar necessários;
- 17.2.2.27. acompanhar e orientar a Contratante ou outras empresas, quando o caso, no deslocamento de possíveis cargas de materiais pelo elevador, de modo a evitar danos motivados pelo excesso de carga;
- 17.2.2.28. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- 17.2.2.29. responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos os equipamentos, ferramentais, materiais e outros utilizados na prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do elevador, quando for o caso;
- 17.2.2.30. acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização e/ou preposto da Contratante;
- 17.2.2.31. manter atualizado o seu cadastro no SICAF;
- 17.2.2.32. manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº: 8.666/93;
- 17.2.2.33. não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 17.2.2.34. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- 17.2.2.35. observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços contratados, as normas de prevenção de acidentes, higiene e segurança do trabalho;
- 17.2.3. Das obrigações relacionadas à sustentabilidade ambiental:
- 17.2.3.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
  - b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;e
  - e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos em suas atividades.
- 17.2.3.2. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).
- 17.2.3.3. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencial mente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 17.2.3.4. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerosol em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- 17.2.3.5. A Contratada deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.
- 17.2.4. Das responsabilidades e obrigações complementares: Para execução do objeto do Contrato, além das obrigações dos itens anteriores, a CONTRATADA deverá:
- 17.2.4.1. Responsabilizar-se exclusivamente pelo vínculo empregatício dos seus empregados em serviço, sendo responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens (indenizações, vales-refeição, vales-transporte), assim como uniformes e equipamentos, que deverão ser pagos ou entregues em época própria de acordo com a legislação trabalhista e Acordo ou Convenção Coletiva de trabalho, e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, excluindo a Contratante de qualquer responsabilidade ou obrigação provenientes desse vínculo;
- 17.2.4.2. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 17.2.4.3. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto;
- 17.2.4.4. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.
- 17.2.5. Os serviços, rotinas técnicas, obrigações operacionais e outras especificações constantes do instrumento contratual não excluem outros que porventura se façam necessários pela boa técnica da Engenharia, pelas recomendações dos fabricantes dos equipamentos mantidos, pelas normas técnicas e legais aplicáveis, etc, para a perfeita prestação dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do elevador, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações.;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 18.1. O pagamento será feito mensalmente, por crédito bancário, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante atesto da respectiva Nota Fiscal ou Fatura e posterior liberação para pagamento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.
- 18.2. Para que o pagamento seja efetuado até o 10º (décimo) dia útil, conforme subitem acima, a licitante vencedora deverá entregar a Nota Fiscal ou Fatura à 7ª Superintendência da Codevasf até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, na Unidade Regional de Patrimônio, Materiais e Serviços Auxiliares da 7ª Superintendência da Codevasf.
- 18.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "online" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.
- 18.3. O Fiscal do contrato somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 18.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o Fiscal do contrato devolverá a Nota Fiscal à licitante vencedora, ficando suspenso o pagamento até a solução das pendências. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a 7ª Superintendência da Codevasf.
- 18.5. O pagamento somente será efetuado se a licitante vencedora mantiver, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, cuja consulta será feita via on-line no SICAF.
- 18.6. A 7ª Superintendência da Codevasf reserva-se ao direito de não realizar o pagamento se, no ato de atestar o documento de cobrança, a prestação dos serviços não estiver de acordo com as definições deste Edital.
- 18.7. Se por qualquer motivo alheio à vontade da 7ª Superintendência da Codevasf, não forem realizados os serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento, restringindo-se a obrigação dos serviços efetivamente efetuados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 18.8. A 7ª Superintendência da Codevasf poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, de acordo com os termos deste Edital.
- 18.9. Os pagamentos serão creditados em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 18.10. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.
- 18.11. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF do documento de cobrança, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 18.12. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 18.1, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- AM = P x I, onde:
- AM = Atualização Monetária
- P = Valor da Parcela a ser paga; e
- I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- $I = (1 + IM1/100) \times 1/30 \times (1 + im2/100) \times 1/30 \times (1 + imn/100) \times 1/30 - 1$ , onde:
- i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;
- d = Número de dias em atraso no mês “m”;
- m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.
- 18.13. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços objeto deste Pregão Eletrônico.
- 18.14. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo a IN/SRF nº 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza dos serviços.
- 18.15. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 18.15.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 18.16. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto n.º 1.054, de 07/02/94.
- 18.17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente.
- 18.18. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

cooperativas – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**19. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 19.1.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, ficando estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.
- 19.1.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 19.1.3. Quando a contratada optar pela caução nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, deverá existir cláusula expressa na apólice ou contrato relativo à garantia, no sentido de que esta terá seu prazo de validade suspensa, quando a garantidora for notificada pela CODEVASF, acerca da instauração de procedimento sancionatório em desfavor da segurada, ocasião em que tal suspensão perdurará até o final do respectivo trâmite processual.
- 19.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - II. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CODEVASF à contratada; e
  - IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- 19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 19.2 acima;
- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CODEVASF;
- 19.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 19.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CODEVASF a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 19.7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CODEVASF com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
- 19.8. A garantia será considerada extinta:
- I. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CODEVASF, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
  - II. após o término da vigência do contrato;
- 19.9. A CODEVASF não executará a garantia somente nas seguintes hipóteses:
- I. caso fortuito ou força maior;
  - II. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
  - III. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da CODEVASF; ou
  - IV. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da CODEVASF;
- 19.10. Após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços contratados.
- 19.11. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 19.12. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

**20. REAJUSTAMENTO**

- 20.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados, para mais ou para menos, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$I1 - I0$$

$$R = V [-----], \text{ onde:}$$

$$I0$$

“R” é o valor do reajuste procurado;

“V” é o valor contratual a ser reajustado;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

- 20.1.1. Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 07 IGP-M – Índice Geral Preços de Mercado – Código AO200045.

**21. FISCALIZAÇÃO**

- 21.1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF, através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o contrato em conformidade com este Edital e seus anexos.
- 21.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à 7ª Superintendência da Codevasf ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 21.3. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 21.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.
- 21.5. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.
- 21.6. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quando ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 21.7. Das decisões da Fiscalização, poderá a licitante vencedora recorrer à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação.
- 21.8. A fiscalização dos serviços será exercida pela Codevasf/ 7ª Superintendência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.
- 21.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, exercidos pelo Fiscal do Contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

obrigações assumidas, a fim de facilitar a verificação da qualidade do serviço prestado, bem como as adequações do pagamento.

- 21.10. A Contratante, através do Fiscal do contrato, deverá comunicar à contratada situações ou fatos que prejudiquem ou venham a prejudicar a execução dos serviços, determinando as providências que entender serem necessárias a sua solução, devendo a contratada, salvo motivo de força maior, atender de imediato o determinado pela contratante, de modo a não comprometer ou prejudicar as atividades da Unidade. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 21.11. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato entregue, se em desacordo com a especificação do Termo de Referência e da proposta de preços da Contratada. Qualquer exigência da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no Termo de Referência, Edital e no Contrato, deverá ser imediatamente atendida pela Contratada.
- 21.12. Incumbe à fiscalização verificar se o serviço foi prestado de acordo com as exigências deste Termo de Referência, bem como do Contrato, Edital e seus Anexos. Estando o serviço prestado em conformidade com as especificações do Contrato, os documentos correspondentes de cobrança deverão ser examinados e atestados pela fiscalização e enviados ao setor financeiro da Unidade Contratante para o pagamento. Em caso de não conformidade, a contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para adoção das providências no artigo 69 da lei nº 8.666/1993, no que couber.

**22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

a.1) A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

a.2) A Advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Codevasf/ 7ª Superintendência, a critério da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

b) multa;

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços contados da emissão da ordem de serviço, limitada a

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item b.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

22.3. Para efeito de aplicação de multas às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor anual do contrato
2	0,4% do valor anual do contrato
3	0,8% do valor anual do contrato
4	1,6% do valor anual do contrato
5	3,2% do valor anual do contrato
6	4,0% do valor anual do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	05

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

3	Utilizar as dependências do CODEVASF/7ªSuperintendência para fins diversos do objeto deste Contrato; por ocorrência.	04
4	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado, por ocorrência.	02
5	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	03
6	Manter o(s) posto(s) de trabalho descoberto(s); por posto de trabalho e por dia.	03
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado; por ocorrência e por dia.	05
8	Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	03
9	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	03
10	Usar indevidamente patentes registradas ou utilizar <i>softwares</i> sem licenciamento; por ocorrência.	06
11	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	04
12	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado ou sem identificação por crachá; por empregado e por ocorrência.	01
	Para os itens a seguir, deixar de:	
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE; por ocorrência.	02
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
16	Efetuar o pagamento de salários, seguros, vales-transporte, tíquetes-refeição, encargos fiscais e sociais nas datas avençadas, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato; por dia e por ocorrência.	06
17	Indicar e manter o supervisor durante a execução do contrato.	02
18	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas; por ocorrência.	01
19	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATANTE; por ocorrência.	02

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

20	Cumprir prazo previamente estabelecido com a CONTRATANTE para execução de serviços; por dia de atraso.	02
21	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02
22	Manter a documentação de habilitação econômico□financeira atualizada; por item, por ocorrência.	01
23	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela CONTRATANTE; por ocorrência.	01
24	Cumprir determinação da CONTRATANTE para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
25	Cumprir os prazos de atendimento deste Termo de Referência; por hora útil de atraso.	01
26	Cumprir os prazos de atendimento deste Termo de Referência; por dia útil de atraso.	02

- 22.4. A partir da segunda reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da terceira reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução parcial do Contrato.
- 22.5. A partir da quarta reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da sexta reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução total do Contrato.
- 22.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF;
- 22.7. A suspensão do direito de licitar e de contratar com o Codevasf/ 7ª Superintendência poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

4.	I – Por 6 (seis) meses:
5.	atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o CODEVASF/ 7ª Superintendência;
6.	execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.
7.	II – Por 2 (dois) anos:
8.	não conclusão dos serviços contratados;
9.	prestação do serviço em desacordo com as solicitações da CODEVASF/ 7ª Superintendência, não efetuando sua correção após solicitação;
10.	cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao CODEVASF/ 7ª Superintendência, ensejando a rescisão deste Contrato por



7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

	culpa da CONTRATADA;
11.	condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
12.	apresentação, ao CODEVASF/ 7ª Superintendência, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução deste Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
13.	demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CODEVASF/ 7ª Superintendência, em virtude de atos ilícitos praticados;
14.	ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CODEVASF/ 7ª Superintendência após a assinatura deste Contrato;
15.	reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste Contrato, sem consentimento prévio do CODEVASF/ 7ª Superintendência.

- 22.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:
- 22.8.1. tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.8.2. praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 22.8.3. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Codevasf/ 7ª Superintendência., em virtude de atos ilícitos praticados;
- 22.8.4. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio da Codevasf/ 7ª Superintendência.
- 22.9. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.
- 22.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 22.10.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 22.10.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 22.10.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 22.10.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 22.11. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

**23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- a) às disposições legais da União;
  - b) às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
  - c) às prescrições e recomendações do fabricante;
  - d) às normas da ABNT;
  - e) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 23.2. As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão consultar as especificações e vistoriar as instalações dos elevadores, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. A vistoria poderá ser agendada de 10:00 às 16:00 horas pelos telefones (86)3215-0123 da GRA/USA, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- 23.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.
- 23.4. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à FISCALIZAÇÃO, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas. Dessa análise deverá resultar um relatório das condições iniciais de todos os equipamentos, fazendo-se um planejamento das trocas e substituições e/ou conserto de peças e insumos que porventura se façam necessárias. O relatório deve apresentar, também, as peças críticas dos elevadores, mais suscetíveis a falhas.

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 23.5. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc..
- 23.6. As máquinas e os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local dos serviços somente poderão ser retirados das dependências da CODEVASF/7ª Superintendência de acordo com as regras e procedimentos internos da SR.
- 23.7. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- 23.8. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.
- 23.9. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, mediante comunicação da FISCALIZAÇÃO, sempre que:
- a) assim estiver previsto e determinado no Contrato;
  - b) for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Contrato e de acordo com as presentes especificações;
  - c) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
  - d) a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 23.10. A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.
- 23.11. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários.
- 23.12. É vedada a contratação, pelas empresas prestadoras de serviço, de servidor do quadro da Codevasf/7ª Superintendência, ativo ou inativo há menos de (05) cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau.
- 23.13. A qualificação profissional dos prestadores de serviço será verificada após a assinatura do contrato e antes do início da efetiva prestação de serviço.
- 23.14. As normas de segurança constantes deste edital não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.
- 23.15. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas.
- 23.16. A Codevasf poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade dos elevadores ou o aproveitamento do espaço interno. Em todos os casos, a Codevasf compromete-se a consultar previamente a CONTRATADA para eventual adequação técnica ou contratual.
- 23.17. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade prevista para os serviços.
- 23.18. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 23.19. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 23.20. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 23.21. A Minuta de Contrato, anexa a este Edital, regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato. A referida Minuta sofrerá ajustes ou adequações necessárias.
- 23.22. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços da licitante vencedora deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 23.23. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 23.24. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 23.25. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

- 23.26. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 23.27. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 23.28. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 23.29. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 23.29.1. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8h às 12h e das 13h30m às 17h30m, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17h30m do último dia do prazo recursal.
- 23.30. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 23.31. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei 10.520, de 17/07/2002, o Decreto 3.722, de 09/01/2001, o Decreto 3.555, de 08/08/2000 e Decreto 5.450, de 31/05/2005.
- 23.32. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 23.33. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina (PI), 30 de março de 2015.

**INALDO PEREIRA GUERRA NETO**  
Superintendente Regional  
CODEVASF – 7ª/SR

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
*(gravado em arquivo separado)*

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO II**  
**TERMO DE PROPOSTA**

**DADOS DO PROPONENTE**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**FONE/FAX:**

À  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**  
**Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02 –Centro**  
**64001-340 – Teresina-PI**

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para a Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva no elevador da 7ª Superintendência Regional da Codevasf em Teresina, Piauí, incluindo reposição de peças e insumos, objeto do Edital n.º 02/2015-7ªSR – Pregão Eletrônico, em conformidade com o referido Edital e seus Anexos, bem como com as especificações constantes em nossa proposta, pelo valor global de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), conforme planilha de preços anexa, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital, a contar da assinatura do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em pauta.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO III-A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DADOS DO PROPONENTE**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME:

FUNÇÃO:

RG nº

CPF nº

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DOS SERVIÇOS**

Declaramos, sob as penalidade da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF.

Local e data

---

Assinatura do representante legal

Observação:

1) Emitir em papel que identifique a licitante.



7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO III-B**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**DECLARAMOS**, para fins de participação no(a) ...(**INDICAR A MODALIDADE E O N.º DA LICITAÇÃO**) ..., da CODEVASF – 7ª Superintendência Regional, que à época da assinatura do TERMO CONTRATUAL, teremos estrutura técnica adequada **OU** indicaremos nome, telefone, endereço e pessoa para contato de empresa terceirizada por nós com estrutura técnica adequada, localizada na região da Capital Teresina, para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica.

Caso indiquemos empresa terceirizada para prestar os serviços de manutenção e assistência técnica e caso a empresa indicada deixe de atender às solicitações efetuadas pela CODEVASF – 7ª Superintendência Regional, durante o período contratual, nos responsabilizamos pela manutenção e assistência técnica total e integral das máquinas oferecidas.

(Localidade)....., .....de.....de .....

\_\_\_\_\_

(Assinatura do) Representante(s) Legal(is) da empresa licitante do(s) materiais(s), (com identificação do) nome(s) completo(s), cargo(s), endereço(s), fax e telefone(s) de contato).

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO III-C**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato
Valor total dos Contratos		R\$

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 19, INCISO XXIV, ALÍNEA D, ITENS 1 E 2, DA IN Nº 2/2008, ALTERADA PELA IN Nº 6/2013**

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE - e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
*(gravado em arquivo separado)*

7ª SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**7ª Superintendência Regional**

**ANEXO V**  
**GUIA DE RETIRADA DE EDITAL**

	<b>GUIA DE RETIRADA DO EDITAL</b>	<b>EDITAL N.º 02/2015 (PREGÃO ELETRÔNICO)</b>
<b>OBJETO:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO ELEVADOR DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF EM TERESINA, PIAUÍ, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS.		
<b>Documentos Constitutivos</b>		
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO II - TERMO DA PROPOSTA, ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES, ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO, ANEXO V - GUIA DE RETIRADA DO EDITAL.</b>		
<b>Dados para correspondência informados pela licitante</b>		
EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	FAX:	
CNPJ:	E-mail:	
(O Edital quando retirado nos sites <a href="http://www.codevasf.gov.br">www.codevasf.gov.br</a> ou <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> é gratuito)		
Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos.		
Pela licitante:		
<hr style="width: 40%; margin-left: 0;"/>		
Assinatura		
DATA: ____/____/ 2015		